

2. A (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE DRACENA

Neste capítulo discutiremos os aspectos da dinâmica territorial do município de Dracena, de modo a entender como se deu o processo de (re)criação do campesinato e entender por que muitos camponeses vieram para essa região plantar café, mesmo sabendo que essa cultura estava em crise desde o final do século XIX.

Ressaltamos inicialmente que a crise da cafeicultura ocorreu na última década do século XIX e foi gerada pela superprodução de café que ultrapassou em muito a possibilidade de absorção do produto no mercado internacional. Por isso, na tentativa de se impedir uma crise ainda maior, o governo implantou uma política de valorização e sustentação do preço da saca de café, garantindo um valor que permitia a permanência da cafeicultura nas áreas de produção mais antigas, que devido o desgaste e a idade do cafezal tinha uma produtividade em baixa. Dessa forma, a política de valorização do café que garantia a sobrevivência dos cafeicultores da zona velha de produção decadente, também teve consequências nas terras novas do município de Dracena, como em todo o extremo oeste paulista, já que, as terras férteis da Nova Alta Paulista possibilitavam uma produtividade muito alta, e aliada a conservação dos preços elevados da saca de café pelo Estado, tornou possível o avanço da cafeicultura no município em busca de produtividade nas terras novas.

Admitimos ainda que, com a Lei de Terras de 1850, as terras devolutas deveriam estar acessíveis aos grandes fazendeiros e não aos trabalhadores livres, principalmente aos imigrantes, que deveriam trabalhar nas lavouras de café. Porém, para alcançar tal proeza, foi necessário instituir a ideologia de que era necessário ser trabalhador nas fazendas de café para, em seguida, ser proprietário, ou seja, para comprar o seu lote de terras, o imigrante tinha primeiro que fazer uma pequena poupança com os rendimentos do trabalho nas fazendas de café. Com esse propósito, os fazendeiros das antigas zonas produtoras de café, conseguiram implantar a idéia de que o trabalho é penoso e intenso, mas indispensável para a libertação, isto é, para o seu trabalho autônomo. Sobre este assunto Martins (1981), afirma que:

(...) o trabalho não é considerado como uma atividade que enriquece a burguesia. Ao contrário, o trabalho é considerado como uma atividade que cria a riqueza e, ao mesmo tempo, pode liberar o trabalhador da tutela do patrão. O trabalhador é considerado um patrão em potencial de si mesmo, sobretudo porque a condição de patrão é essencialmente concebida como produto do trabalho árduo e das privações materiais do próprio patrão, quando era trabalhador, regulados por uma espécie de prática ascética. A riqueza, no sentido de capital acumulado, torna-se aceitável e legítima porque é fruto do trabalho e porque o trabalho é concebido como uma 'virtude' universal. A capacidade de criar riqueza através do trabalho é concebida como uma virtude socializada, sem distinção de classes, que abre acesso ao capital e ao capitalismo a todo homem que trabalha, (MARTINS 1981, p. 133)

Considerando que os colonos na maioria eram filhos de imigrantes europeus aficionados na luta pela superação da pobreza, ou ainda de nordestinos, que viviam a maioria na miséria, eram eles vítimas fáceis das intimidações dos patrões, que chantageavam seus colonos com ameaças de rompimento do contrato de trabalho, se algum deles se engajassem em entidades de classe ou sindicatos. Por isso, os colonos tinham pouca disposição para militância e iniciativas desse tipo, como assegurou Gil (2007, p. 115):

O que ardorosamente desejavam esses colonos era realizar o sonho de tornarem-se proprietários e alguns, de voltarem para sua terra-natal. Assim, atentos a oportunidades promissoras, eles estavam sempre dispostos a recomeçar a vida em outra colocação que lhes oferecesse mais vantagens, até que, finalmente, pudessem ser donos do seu quinhão de terra.

Podemos considerar ainda que, a ocupação camponesa no município de Dracena se deu em meados da década de 1940, portanto, após a Segunda Guerra Mundial. Por isso para muitos camponeses despolitizados e com pouca instrução, e, que já tinham atravessado a recessão da crise da Bolsa de 1929, a crise que o café enfrentava seria somente mais uma temporada de recesso que seria solucionada com o aumento da produção nos terrenos férteis da Nova Alta Paulista. Portanto, mesmo sabendo que a cultura de café estava em crise⁹, a maioria dos camponeses não a concebiam com lucidez.

⁹ O café do Brasil já vinha atravessando um período de crise de preço desde os anos finais do século XIX, quando a superprodução e a conseqüente diminuição do consumo do produto no mercado internacional.

2.1 Posseiros e Grileiros na Frente de Expansão

Para refletir sobre uma sociedade e o território por ela produzido cumpre investigar a formação do território a partir da relação dinâmica local com o conjunto social, decorrente do modo de produção. Dentro desse contexto tornou-se essencial entender o processo de produção do território do município de Dracena, a partir do estudo e da análise do avanço das frentes de expansão, pensando este espaço como uma totalidade e numa perspectiva que engloba o conflito e a dominação política e econômica em áreas de fronteira. Por isso, neste item da pesquisa apontaremos algumas questões que consideramos imprescindíveis para a compreensão das condições atuais de ocupação e colonização do município de Dracena, no Estado de São Paulo, tendo como referência para a análise do processo de ocupação o conceito de frente de expansão, que se difere da frente pioneira, conceito utilizado por geógrafos após meados do século XX.

Para Martins (1996), o termo frente expansão:

(...) tornou-se de uso corrente, até mesmo entre Antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com situações de fronteira da civilização. Ela expressa a concepção de ocupação de espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor. (MARTINS, 1996, p. 28)

Para Martins (1996, p. 28), essas diferentes concepções “são modos de ver a fronteira”, já que as duas concepções têm observações importantes, pois tanto a concepção geográfica do pioneiro empreendedor como a concepção antropológica mais preocupada com o impacto da expansão não índia sobre as populações indígenas têm seus lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada.

Martins (1975) crítica o conceito de frente pioneira ao afirmar que nela não aconteceria uma estruturação sócio-espacial nova, alicerçada em relações particulares que articulariam a vida social nesse lugar. Essas relações não seriam pioneiras, pois “o novo, que é uma das dimensões do conceito de frente pioneira, é novo apenas na ocupação do espaço geográfico e não na estrutura social”, pois antes do pioneiro empreendedor chegar na fronteira, está já era ocupada por indígenas e por posseiros (MARTINS, 1975, p. 45). Este fato pode ser ressaltado no

município de Dracena, durante a sua colonização quando os novos habitantes iam derrubando o mato e plantando café, como podemos observar na Figura 2, a plantação de café no município de Dracena, tendo como limite a floresta fechada ao fundo.



Figura 2 - Fronteira entre o café e a mata nas frentes de expansão - região de Dracena

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos - 1945

Portanto a incorporação de novas áreas ao processo produtivo é o que há em comum entre as duas frentes (de expansão e pioneira), como podemos observar na caracterização de frente pioneira, ou seja, uma estrutura,

(...) que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção do comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção de mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência 'rebarbativa' da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. O ponto chave da implementação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada (MARTINS, 1975, p. 47).

Segundo esta análise se conclui que a frente pioneira enfoca a ocupação e implantação da propriedade privada, efetivamente capitalista, pois conforme a frente pioneira se consolida, as atividades do lugar são reorganizadas, a partir, sobretudo do mercado imobiliário de terras, portanto a partir das relações de mercado. Na frente de expansão, no entendimento de Martins (1975) enfoca-se o uso e ocupação do solo por meio das relações não efetivamente mercantis, sendo realizada basicamente por posseiros e ocupantes¹⁰, que efetuam o uso privado das terras devolutas, sem deter o título de propriedade, onde produzem para a própria subsistência e as condições de vida são adequadas pelo nível de fartura e não pelo grau de riqueza. Assim para o autor:

É essa faixa com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais que se pode conceituar como frente de expansão (...). Todavia as suas relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias, pois, a apropriação das condições de trabalho, isto é, a terra, não se faz como empreendimento econômico. (...) é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro. O caráter de excedente do produto da frente de expansão se combina com essa forma peculiar da terra em decorrência da satelitização das relações de troca (...). O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho (MARTINS, 1975, p. 46).

Desse modo, a diferença entre a frente pioneira e a frente de expansão está na prática econômica, já que a frente de expansão é caracterizada pela economia do excedente, onde os participantes dedicam-se à própria subsistência e em segundo plano a troca do excedente por produtos que estão na pauta das necessidades, enquanto a frente pioneira é evidenciada por relações de produção capitalistas, pela instalação de empreendimentos econômicos e representa uma das expressões da reprodução ampliada do capital com sua reprodução extensiva e territorial, fundamentada na conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada. Como tal, apresenta-se organizada e integrada na economia de mercado. Assim passa-se da economia de subsistência, da produção de excedentes, para a produção de mercado.

¹⁰ Grande parte da população da frente de expansão continua a empregar-se no desbravamento de novas áreas, pois, não tendo a propriedade da terra, viam-se submetidos ao processo de consolidação do lugar em que estavam ficando cada vez mais à mercê do capital que se instaurava na antiga frente de expansão.

Neste contexto conceitual, conclui-se que não é uma regra geral que as frentes tenham que ocorrer isoladas, podendo perfeitamente ocorrer juntas, pois o fato de um espaço ter iniciado sua ocupação por uma frente de expansão não elimina a chance de também ocorrer a frente pioneira, ou ainda, que as duas ocorram simultaneamente ou até mesmo que ocorra somente uma modalidade de ocupação.

A compreensão do processo de ocupação do município de Dracena foi realizada pelas duas ações, tendo uma frente de expansão inicial representada por posseiros, que avançaram em direção a oeste, se apossaram de terras para a agricultura de subsistência, e posteriormente, as Companhias Colonizadoras e compradores de terras vindos das áreas antigas de plantação de café, de Minas Gerais e das regiões vizinhas como Araçatuba, Marília, Presidente Prudente, Tupã, além das vilas menores, porém mais próximas como Valparaíso, Andradina, do lado norte e Presidente Epitácio e Santo Anastácio do lado sul. Estas vilas menores, apesar de estarem praticamente na mesma distância em relação à capital e os centros maiores, desde a década de 1920 eram núcleos urbanos servidos pela Estrada de Ferro Sorocabana e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em pleno funcionamento em função do desenvolvimento da cafeicultura, enquanto na Nova Alta Paulista, os trilhos da estrada de ferro chegaram depois que o povoamento tinha se efetivado.

O processo de ocupação no município de Dracena foi marcado por conflitos violentos entre a frente de expansão inicial e as populações indígenas¹¹, e posteriormente, entre os ocupantes da frente de expansão e os grandes proprietários de terras (lícitas ou ilícitas) organizados em Companhias Colonizadoras que integravam a frente pioneira, impulsionados pela grande quantidade de terras férteis que havia no espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí no oeste da Nova Alta Paulista para comercialização e expansão dos cafezais.

Neste processo de ocupação, evidencia-se que a colonização da Nova Alta Paulista, e, em consequência o município de Dracena, apesar de ter sido de economia predominantemente cafeicultora, esquivou-se em partes das regras impostas pelo processo histórico de ocupação realizado pelo café, que no Estado de São Paulo teve um avanço contínuo no sentido leste – oeste, saindo do Vale do

¹¹ Na região da Nova Alta Paulista, os índios eram pertencentes ao povo Kaingang.

Paraíba chegando até as barrancas do rio Paraná. Todavia, no caso do extremo oeste da Nova Alta Paulista, a colonização além do avanço no sentido leste - oeste, também se deu no sentido norte-sul, através de estradas que atravessavam o espigão entre o rio do Peixe e rio Aguapeí, fazendo a interligação entre algumas cidades cortadas pelas E. F. Sorocabana e a E. F. Noroeste do Brasil.

No início da década de 1920 chegam as primeiras frentes na Nova Alta Paulista, atraídas pela disputa entre as duas companhias ferroviárias na construção de rodovias que levaria ao “desbravamento” das terras do espigão Peixe-Aguapeí. Neste contexto, foram abertas algumas estradas com sentido norte – sul, ligando a região ao norte do rio Aguapeí com a região ao sul do rio do Peixe, atravessando os dois rios em vários pontos.

Monbeig (1984) abordou a existência de passagens abertas em matagais do sul e norte do espigão Peixe-Aguapeí, tendo em vista, a passagem de conquistadores e a saída de produtos. No entanto, após a década de 1940, devido à expansão da linha férrea em direção ao oeste da Alta Paulista, essas passagens perdem importância.

A forma como se apresenta na maioria das vezes, a história da colonização das terras do extremo oeste paulista pode nos apresentar a falsa impressão de que a terra era acessível a todos¹². Porém, não era. As empresas de colonização, ao atingir a frente de expansão, já encontravam uma estrutura de domínio “estabelecido”. Neste caso, é de bom grado abandonar a agradável e atraente imagem do “pioneiro”, que fundava a sua propriedade na mata virgem, pois esta operação de posse era conflituosa, já que o grileiro e o posseiro eram precursores a estas empresas.

Foram vários os pontos de travessia do espigão destes precursores da região da E. F. Sorocabana para a E. F. Noroeste, denominados “caminhos verticais¹³”, porém para a região de Dracena, segundo Perli (2006), destacava-se:

¹² Para Monbeig (1984) a condição jurídica das terras, num Brasil que havia sido domínio português, trazia sérios obstáculos à colonização. Juridicamente não existiam terras sem proprietários, portanto, terras livres (...) os pioneiros paulistas jamais puderam dispor de terras gratuitas: nada é mais estranho à faixa pioneira brasileira que a terra devoluta

¹³ Denominação dada pelo Professor Fernando Perli, para os caminhos que cruzaram o espigão Peixe-Aguapeí, entre as décadas de 1910 e 1940, constituindo-se em estradas que interligaram povoados e cidades das regiões Noroeste e Alta Sorocabana, ambas localizadas no Oeste do Estado de São Paulo e de suma importância no processo de colonização da Zona da Alta Paulista. Perli, Fernando, Caminhos verticais e colonização da Zona da Alta Paulista, revista Omnia, FAI, 2006

(...) uma estrada ligando os povoados de Andradina, Presidente Venceslau e Santo Anastácio, que se ramificava atingindo várias glebas no espigão Peixe-Aguapeí, uma rota fluvial pelo grande rio auxiliou na colonização de terras e na implantação da pecuária na antiga região das Marrecas, nome em referência ao ribeirão afluente do Paraná. (PERLI, 2006, p. 42)

Para Perli (2006), este caminho vertical atravessava glebas extremamente amplas, “compradas e adquiridas por famílias tradicionais” (Id. Ibidem, p. 42). O mais expressivo destes latifúndios era a fazenda Boa Esperança do Aguapehy, considerada o marco para as primeiras investidas para a ocupação do espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí, de posse de Alcino Ribeiro da Costa. Abrangia grande extensão na região Noroeste e entrava no espigão, incluindo a aguada do córrego das Marrecas¹⁴. Contudo, após meados da década de 1920, a vinda de colonizadores para a região realizou-se através de um caminho que se diferenciava dos demais caminhos verticais. Tratava-se da via fluvial do rio Paraná, usada por pessoas influentes que vinham para conhecer seus domínios nas proximidades do vale do córrego das Marrecas no rio Paraná. Sobre este novo trajeto, Perli (2006) reitera que:

(...) com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana em Porto Epitácio no ano de 1924, ficou mais fácil para os colonizadores chegarem até a vila e subirem o grande rio em embarcações cada vez mais sofisticadas. Ao desembarcarem nas proximidades da barra do ribeirão das Marrecas, infiltravam-se nas matas em lombos de burros e tropeiros fixados na região. (PERLI, 2006, p. 42)

Outros “empreendedores”¹⁵ pleitearam e colonizaram terras imediatas ao ribeirão das Marrecas, onde os trabalhos iniciais de colonos destas terras foram feitos por administradores contratados pelos detentores de posses, existindo uma relação de parceria hierarquizada, descrita assim por Perli (1999):

Num primeiro plano, situavam-se os donos de glebas que raras vezes aportaram por estes lugares. Em segundo, estavam os administradores das empreitadas que possuíam vínculos de compadres com os donos, mantidos por uma relação de confiança. Em terceiro, enquadravam-se aqueles que,

¹⁴ O córrego das Marrecas tem sua nascente a poucos metros do prédio atual da Prefeitura Municipal de Dracena, localizado no centro da cidade.

¹⁵ Pessoas que tomavam posse de extensos lotes de terras através de compra ou troca, para posteriormente, dividir estes lotes em propriedades menores que seriam vendidas aos camponeses.

mantendo relações com o administrador, propunham realizar o desmatamento em troca do uso do solo por algum tempo para plantarem milho e outras culturas de subsistência ou ganhando extensões em decorrência do árduo trabalho de abertura de grandes clareiras para a introdução do gado. Em quarto, situavam-se trabalhadores que recebiam pelos serviços gerais de desmatamento ou de segurança da posse de terras (PERLI, 1999, p. 27).

A estrada que unia Santo Anastácio a Andradina foi caracterizada por Perli (2006), como sendo o caminho para a entrada da primeira frente de expansão nas proximidades de Dracena. Porém, os rumores de que a Companhia Paulista de Estrada de Ferro atingiria o rio Paraná passando pelo espigão da Nova Alta Paulista, permitiu novos avanços de fazendeiros e aventureiros na aquisição de glebas de terras, criando um imenso imaginário especulativo sobre o local onde passaria os trilhos da ferrovia, o que poderia representar o progresso ou a frustração de seu empreendimento.

Com isso, a disputa por pedaços de chão teve como consequência o contato dos proprietários de imobiliárias com a frente de expansão, sendo que o primeiro era representado pelos negociantes de terras e o segundo pelo ocupante, caracterizado pela forma de ocupação da terra através da posse e identificada na pessoa do posseiro, que não tinha o documento da propriedade ou não dava importância ao seu valor jurídico.

Neste local de contato, a posse da terra foi marcada por práticas como corrupção de cartórios, demarcações, tocaia a posseiros, remuneração “extra” a topógrafos e jagunços.

Lobato (1948), assim define a prática da grilagem:

(...) o grileiro é um “alquimista”. Envelhece papéis, ressuscita selos do Império, inventa guias de impostos, promove genealogias, dá como sabendo escrever velhos urumbebas que morreram analfabetos, embaça juizes, suborna escrivães e, novo Jeová, tira a terra do nada (...). Envelhecer um título falso, ‘enverdadeirá-lo’, é toda uma ciência. Mas conseguem-no. Dão-lhe a cor, o tom, o cheiro da velhice, fazem-nos muito mais autêntico do que os reais. (LOBATO, 1948, p. 11).

Os documentos forjados representavam a base dos conflitos de terra nas frentes de expansão e somente detentores de capital poderiam tomar parte desses negócios ilegítimos, daí concluir que, ex-escravos, imigrantes e os próprios posseiros, que já tomavam as terras bem antes da vinda do “pioneiro” não tinha acesso a esse tipo de negócio por falta de dinheiro ou por ignorância em relação à

lei. Como exemplo, podemos citar a demanda apontada em nota de rodapé na pesquisa de Leite (1998), obtida junto ao jornal O Imparcial, de Presidente Prudente, de 27 de julho de 1944, de autoria da Companhia Pastoril Agrícola Paulista:

(...) alegava que, tendo medido a área a pedido dos proprietários, em 22 de abril de 1923, recebera como pagamento uma área de 41.334 alqueires os quais compunham todas as terras que vertem para o ribeirão dos Bugres, da Ilha, do Fogo, Santa Maria e Emboscada, todos à margem direita do rio do Peixe. Como a Companhia deixasse de ocupar efetivamente as ditas terras, essas achavam-se invadidas por intrusos, motivos pelo qual requeria na justiça sua expulsão. (LEITE, 1998, p. 53)

Por isso Martins (1981) pede atenção para o fato de que foi exatamente nos locais mantidos à margem da economia colonial, onde o processo de ocupação foi bastante irregular, que o advento da terra-mercadoria¹⁶ foi marcado por convulsões sociais. Demarcar terras devolutas, desenvolver programas de colonização, grilar terras, etc., significava expulsar posseiros, bem como desrespeitar o direito costumeiro dessas populações.

Apesar do “obstáculo” gerado pela Lei de Terras estabelecida no Brasil em 1850, a biografia da ocupação da Nova Alta Paulista e em especial as terras onde está o atual município de Dracena, a partir da década de 30 do século XX, é conduzida por uma busca incessante por novas terras, elevando seus preços devido à demanda, criando quadrilhas organizadas para grilagem¹⁷, demandando uma corrida no sentido de legalização de documentos ilegais em cartórios venais que atestavam que as terras griladas eram herdadas, ficando, com essa providência, legalizadas.

Para assegurar a grilagem, o grileiro usava dos serviços dos “bugreiros¹⁸”, que se caracterizava pela ação truculenta contra os índios Kaingang e na “ponta” da

¹⁶ Lei de Terras de 1850.

¹⁷ Segundo Márcia M.M.Motta em sua obra, A Grilagem Como Legado, Rio de Janeiro, 2001, o termo grilagem surgiu a partir de uma prática muito antiga de colocar um papel contendo um tipo de “comprovação” de propriedade dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa falsária visa comprovar a antiguidade de sua ocupação.

¹⁸ Termo que se origina da palavra bugre, pelo qual ficaram conhecidos os indivíduos especializados em atacar e exterminar indígenas, também prestava serviços de proteção a viajantes, tropeiros e agrimensores quando necessitavam atravessar ou permanecer em territórios onde a presença indígena era freqüente.

frente de expansão estava a figura do posseiro, que se adiantava e estabelecia-se no limite da fronteira pelo único mecanismo de ocupação da terra. Sem título de propriedade, cultivava pequenas lavouras e criava gado e porcos. Era a única, porém precária estrutura instalada, usada por viajantes e até grileiros que por sua região agiam. Todavia, a atuação dos posseiros provocou uma série de conflitos e imprecisões no que diz respeito à legitimação da propriedade privada na Nova Alta Paulista.

Este processo teve sua gênese caracterizada por uma cadeia de operações ilegais, ocupações de terras e falsificação de títulos de propriedade, envolvendo grandes proprietários de terras de nomes conhecidos na região, até pequenos camponeses posseiros. Embora não seja o mérito da pesquisa é salutar citar que este processo de grilagem nos vales dos rios do Peixe, Aguapeí e Paranapanema teve início no século XIX com as grilagens das terras que formaram as fazendas Boa Esperança do Aguapehy (Rio do Peixe) e Pirapó-Santo Anastácio¹⁹

O avanço da especulação das colonizadoras e imobiliárias desencadeou inúmeros conflitos violentos que marcaram profundamente a história da ocupação e posse da terra no município de Dracena e municípios vizinhos, na qual os atores que fazem parte desse drama são, na maioria das vezes, grandes latifundiários, chefes políticos locais e grileiros organizados por trás de imobiliárias e repartições cartorárias nefastas e, do outro lado estão os camponeses que compraram pequenos lotes de terras e posseiros que habitavam a região a algum tempo de outro, que, na ânsia de ter um pedaço de terra arriscava a sorte ou ignorava a lei, tornando a área palco de violentos conflitos nas décadas de 1930/40/50.

¹⁹ Segundo Leite (1998), Antônio José de Gouveia requereu o registro paroquial de uma imensa gleba de terras, à qual dá o nome de Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, com uma área aproximada de 300.000 hectares de terras, abrangendo a margem direita do rio Paranapanema, subindo 10 léguas à margem esquerda do rio Paraná, sentido norte, e entrando para leste pelo vale de um rio denominado pelo proponente de rio Pirapó até chegar novamente ao rio Paranapanema. Porém, ainda nesse mesmo mês, José Theodoro de Souza requereu junto a paróquia de Botucatu semelhante registro paroquial de uma imensa área de terras, mais extensa que a Pirapó-Santo Anastácio, pois tinha origem nas nascentes do rio do Turvo, nas proximidades da atual cidade de Bauru e Agudos, atingindo as margens do rio Paraná no oeste do Estado, que foi denominada pelo requerente como fazenda Boa Esperança do Aguapehy ou fazenda Rio do Peixe. A demarcação destas fazendas é considerado o marco para as primeiras investidas para a ocupação do espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí e parte do Pontal do Paranapanema.

O combate se fazia através da luta pela permanência na terra e por apelos e denúncias às autoridades por parte dos posseiros e camponeses a prefeitos, delegados e juizes, sendo que em diversas situações verificaram-se até mesmo ações armadas, como formas de autodefesa contra os abusos dos grileiros.

Eram poucos, os casos de posseiros das frentes de expansão, que conseguiam algum sucesso na permanência na terra, pois as forças de resistência eram praticamente individualizadas, não se constituindo em frentes organizadas, além do que a população rural residente na área até então eram grupos sociais com pequeníssima articulação social e política, com acesso muito limitado aos organismos jurídico-legais e de precária formação educacional, o que ajudava ainda mais para tornarem-se presas fáceis do método de falsificação de documentos que era a base dos conflitos que resultava na saída forçada de boa parte destes camponeses das terras que ocupavam na região.

Como exemplo de expulsão de camponeses que compraram pequenos lotes de terras, podemos citar o caso do povoado da União²⁰ que ocupava uma área entre os atuais municípios de Dracena e Junqueirópolis. Segundo Perli (2006, p. 48), “pequenos proprietários rurais tentaram formar, em meio a problemas de grilagem, o povoado da União” em terras compradas de Tancredo Ayelo, num acordo de venda de pequenos lotes a camponeses, na maioria migrante nordestino e descendente de imigrante japonês. Porém, quando estas terras, já estavam em fase de ocupação, José Maria Figueiredo, colocou-se como dono da gleba e contestou a venda dos lotes aos camponeses, ficando evidente o problema de grilagem, já que tanto Tancredo Ayelo como José Maria Figueiredo, punham-se como titulares das terras, que já estava em fase de ocupação pelos camponeses. Todavia, enquanto os dois latifundiários entravam em disputa judicial, um terceiro latifundiário, Victor Camargo Bodini também reivindicou parte das terras, e, na divisão das terras entre eles, os camponeses que haviam pagado por estas terras, foram os únicos que não tiveram acesso a ela, pois foram expulsos de suas posses na segunda metade da década de 1940, como relata em entrevista o filho de imigrante japonês Kinji Tamura:

²⁰ A origem do nome desse povoado decorreu da "união" formada entre pequenos proprietários interessados em sustentar suas posses, mesmo com as pressões estabelecidas por grandes latifúndios, que comprimiam o povoado, como o latifúndio do Coronel Elisário Ramos, de grande mando político, suficiente para legitimar suas posses, além de Álvaro de Oliveira Junqueira e Victor Camargo Bodini, o primeiro ficou conhecido por adquirir parte das terras do coronel Ramos e fundar a Vila Junqueira, atual cidade de Junqueirópolis, enquanto o segundo por trancar estradas para impedir o seqüestro de madeiras, (PERLI, 2000, p. 48).

Papai comprou 20 alqueires de terra de um corretor de terras de Bastos em 1945, que disse que quando a gente acabasse de pagar as terras o dono da terra dava a escritura de tudo, mas ele (o corretor) não pagou o dono da terra. Teve gente que já tinha feito a casa, derrubado o mato e plantado café, quando apareceram os capangas do Zé Maria (José Maria Figueiredo) e do Bodini (Victor Camargo Bodini) dizendo que era para sair que a terra não era da gente, (...) muitos (camponeses) disseram que não ia entregar as terras, aí eles (jagunços) faziam tocaias. Muitas pessoas morreram ali. Papai tentou negociar, mas eles não quiseram conversa e tivemos que sair para não morrer, (KINJI TAMURA, 74 anos, entrevista em 11/06/2009)

Segundo Cobra (1923), o chefe político que se sobressaiu na região tem como predicado principal o amedrontamento imposto ao adversário, principalmente quando usa de todos os modos violentos para perseguir “mandando dar pancadas” e até mesmo eliminando aqueles mais arredios. Este chefe político “mantém em torno de si uma turma de capangas (...) que executam o trabalho” (COBRA, 1923, p. 150). Como se observa na entrevista feita com o ex-jagunço de uma fazenda em Dracena, quando perguntado sobre os serviços que ele fazia na fazenda:

Que era serviço fácil a gente sabia que não era, porque se fosse fácil não era preciso andar armado, mas eu era moço novo e precisava de trabalho aí topava qualquer coisa na vida. [...] O Dr. deu uma espingarda, uma garrucha e um cavalo prá cada um e disse que era pra gente se defender. No começo eu fiquei com medo, mais devagarzinho a gente foi se acostumando. [...] Nós tomávamos conta de empreita de derrubada, vigiava a cerca da fazenda e fazia visita para os vizinhos pequenos prá amedrontá-los. Alguns era bom e a gente tinha até amizade, mais tinha uns que dava de macho aí o patrão falava que era prá ir visitá-los sempre prá eles não esquece que o Dr. é que manda e não tinha medo deles. [...] Moço, as vezes a gente fazia (perguntado se fazia serviço violento). Era contra a vontade, porque tinha umas famílias que eram lutadores, tinham derrubado o mato e feito uma rocinha para comer, às vezes era conterrâneo meu, mas o patrão mandava e a gente fazia. Mais foram poucas vezes, porque a gente ia lá antes armado e falava que era prá ele sair das terra enquanto estava vivo, botava medo no homem e ele ia embora com medo de morrer. (“Baiano”. Entrevista realizada em 02/ 2008).²¹

A violência adotada por capangas e jagunços a mando de fazendeiros, muitas vezes não atingia somente o físico do indivíduo, tido como alvo adversário, mas também o psicológico, como se conclui nas atrocidades cometidas por “Baiano Velho²²” relatadas em entrevista, quando foi interrogado sobre sua lembrança de

²¹ Para preservar a identidade do entrevistado foi usado um pseudônimo.

²² Entrevista concedida pelo ex-jagunço “Baiano Velho”, em 14/02/2008 e transcrita na íntegra pelo autor.

algum caso que ficou marcado na memória, onde foi preciso usar de violência. Num misto de vergonha e arrependimento, o ex-jagunço fez um longo silêncio e descreveu:

Teve um senhor que derrubou um pedaço de mato, fez uma tapera (casa) e fez um roçado na vizinhança da fazenda, plantou arroz, abóbora, milho, e café, quando ia começa colher, o patrão mando nós irmos lá e falar pra ele sai das terra, nós fizemos duas visitas pra amedrontar, na segunda nós demos 24 horas pra ele sair, mais o homem foi teimoso. No outro dia nós fomos lá e demos uma surra de vara nele na frente da mulher e dos filhos pequenos, colocamos fogo na tapera e o meu parceiro arriou a carroça e ficamos esperando ele sai. Ele foi embora e nunca mais apareceu. O patrão esperou uns meses e depois mandou passar a cerca nas terra do homem. ("Baiano". Entrevista realizada em 02/ 2008)

Os casos de violência e perseguição infiltravam nas consciências fazendo com que o mando, o temor, o receio, a obediência e a sujeição tornassem elementos de um mesmo contexto histórico, onde "... a vida se ia num abrir e fechar de olhos" (COBRA, 1923, p.175).

Em alguns casos, a ganância e a disputa pela posse de terras geravam atos de violência que tomavam proporções dantescas e inimagináveis, como a tocaia, relatada em entrevista, pelo agricultor Mauro Antonini, acontecida em 1950, na região entre Dracena e Ouro Verde. Esse conflito relacionava-se aos avanços das cercas da suposta propriedade da família Vilela para dentro das terras dos vizinhos, que às vezes resultava na tomada total das propriedades adjacentes:

Meu pai falava de um senhor que veio de Jaboticabal e comprou uma propriedade de 80 alqueires de mata fechada vizinha da fazenda dos Vilela. Esse sujeito acertou todos os papeis, abriu um pedaço de mato na beira das estrada e construiu uma casinha, semanas depois voltou para Jaboticabal para buscar a mudança com a esposa, o filho e dois empregados. Ao chegar na tal propriedade com a família para tomar posse foi surpreendido pelos capangas dos Vilela que assassinaram toda a família e para não levantar suspeita enterraram a mudança com todos os pertences em uma vala nas proximidades da tocaia. (MAURO ANTONINI, entrevista realizada em 02/03/2008)²³

O entrevistado Mauro Antonini, até hoje, demonstra em sua fala, o medo que seus familiares tinham de perder suas terras para grileiros, principalmente

²³ Tal tocaia foi confirmada por outras pessoas em conversas informais, onde todas inclusive o entrevistado afirmam que o fato foi denunciado pelos parentes da família emboscada somente três meses depois do acontecido. Este atraso ocorreu devido a dificuldade e demora para manter contatos, porém a investigação não foi a frente devido a existência de laços de amizades e trocas de favores entre o mandante da tocaia e o delegado da cidade de Dracena na época.

quando se refere a estes (grileiros) como “gente poderosa”, “de coragem” “sem medo da morte”, dando a impressão que era figura de consideração e respeito dentro do imaginário social da época.

Contudo, temos que ressaltar que, a classe camponesa, que havia ocupado terras em Dracena, via na terra a sua sobrevivência e também a sua autonomia em relação a um patrão, por isso, mesmo em caso de expulsão do meio de vida, ele vislumbrava a possibilidade de conseguir outra posse nas áreas de fronteira mais adiante, onde a frente de expansão estava se formando ou um lote comprado em parcelas de uma empresa imobiliária, como relata o entrevistado Kinji Tamura de 74 anos

Quando a gente foi expulso da União, papai fez um arrendamento para plantar algodão. Ele arrendou 7 alqueires de terras de um fazendeiro chamado Antonio Lopes próximo da União para plantar algodão. No contrato papai pagou Cr\$ 500,00 no 1º ano (1946), Cr\$ 1.000,00 no 2º ano (1947) e Cr\$ 1500,00 no 3º ano, com a venda o algodão sobrou um pouquinho e em 1949 nós demos a entrada em um sítio de 20 alqueires em Santa Mercedes, mas como a terra lá era ruim em 1952 papai ele vendeu lá e comprou este sítio aqui. (...) Aqui tem 8 alqueires só, mas a terra é melhor. (KINJI TAMURA, entrevista em 11/06/2009)

Dessa forma, o campesinato se recriava e se reproduzia no município de Dracena, onde houvesse possibilidade de acesso à terra. Ele iniciava, nesse processo de expropriação e luta pela permanência na terra, a produção de seu meio de vida para a manutenção do grupo familiar.

2.2 Colonização e Recriação Camponesa na Nova Alta Paulista

A Nova Alta Paulista, onde hoje se localiza o município de Dracena foi o derradeiro pedaço do território paulista a ser modificado pela expansão colonizadora através de uma já decadente economia agrário-exportadora e latifundiária que iniciou no Brasil no século XVI e se arrastou até meados do século XX com a industrialização do Sudeste. Sobre este assunto Gil (2007) afirma que:

Era de se compreender, portanto, que fazendeiros, loteadores, dirigentes políticos, lideranças comunitárias, colonos imigrantes e seus descendentes, e trabalhadores livres nativos, estivessem ligados à lógica secular da

produção monocultora voltada à exportação, assentada na concentração de terras e de riquezas e na exploração incondicional dos recursos naturais, dado o modelo histórico altamente concentrador, e a grande disponibilidade de terra decorrente da vasta extensão territorial do país. (GIL, 2007, p.115)

Mesmo num clima de economia instável devido ao impacto da Crise de 1929 e o prenúncio da II Guerra Mundial, a corrida por terras trouxe muitos colonos com o sonho de serem proprietários de terras ou de ganhar a vida, pelo menos, no início, como assalariados. Assim, atentos a chances promissoras, continuavam sempre dispostos a reiniciar a vida em outro lugar, até que, por fim, pudessem adquirir sua propriedade. Por isso as matas e a falta de condições de habitação não se tornavam empecilho, mas uma forma de se valer todo o esforço para a materialização do sonho da terra própria.

Esta onda migratória para o extremo oeste da Nova Alta Paulista deu origem a vários núcleos urbanos planejados por empresas imobiliárias entre as décadas de 1930 e 1950, trazendo muitos migrantes, que, mesmo em época de crise fez surgir nas vilas fundadas na região um ar de prosperidade, pois pelo imaginário da época, o período recessivo seria superado como tantos outros, por meio de trabalho intenso e aumento de produção.

Na ânsia de enriquecimento rápido, os donos de colonizadoras adquiriam para si os lugares estratégicos em relação à ferrovia que estava a caminho e neles faziam a implantação de suas fazendas de café e de uma vila, que poderia transformar-se numa cidade, que se tornavam as “iscas” para a venda dos lotes rurais.

Segundo Monbeig (1984) nestes pontos estratégicos de espigão, os lotes eram repartidos de acordo com os padrões urbanos e rurais²⁴ do período, como mostra a Figura 3, na qual a venda dos terrenos urbanos ocorria ao mesmo tempo em que se vendiam as propriedades rurais.

²⁴ O traçado dos lotes é o mesmo em toda parte e, seguramente, é o mais fácil e o menos oneroso no trabalho, do loteador. Basta continuar aplicando o sistema utilizado desde o começo da fragmentação da gleba, que consiste em assegurar, tanto ao fazendeiro como ao pequeno sitiante, o acesso, ao mesmo tempo, à água e ao espigão, pois os dois continuarão a servir também como fronteiras naturais. O lote do sitiante será, portanto, uma fazenda em miniatura, mais estreita e menos comprida. Cortam-se as vertentes de cada um dos pequenos vales em faixas perpendiculares aos ribeirões, todas com aproximadamente a mesma superfície. Nas partes altas dos vales, nas cabeceiras, os lotes são talhados obliquamente e dobrados em cotovelo na sua parte inferior. Em um vale mais largo, com fundo mais largo e curso d'água mais importante, descrevendo meandros que tornam mais difícil a delimitação, o loteador irá prever propriedades maiores, com formas menos regulares, que poderão servir para a criação de gado (MONBEIG, 1984, p. 221).



Figura 03 - Traçado das ruas de Dracena - Maio de 1947

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

O objetivo destes loteamentos, segundo Monbeig (ibidem) satisfazia mais a especulação com seu caráter comercial, do que a necessidade do comprador, pois o mais oportuno e interessante era vender o máximo de lotes de uma área para colocar os lotes restantes nas mãos de corretores para seguir um pouco a frente para abrir outra fazenda. O autor trata assim do assunto:

O loteamento é uma transação comercial e, como tal, ela é feita em função dos interesses do vendedor, ou seja, vender o quanto mais possível e ao melhor preço e oferecer ao comprador o que convém a suas necessidades e possibilidades. Para os compradores, as necessidades são mais ou menos as mesmas e as possibilidades não são muito diferentes. Convém, portanto, que lhes sejam oferecidos não só pedaços de terra com superfícies idênticas, como também vantagens suficientes para fazê-lo decidir pela compra. Algumas dessas vantagens são estritamente financeiras, outras são de ordem especificamente econômica e geográfica, ou ainda morais. Todos estão na dependência da situação, da preparação e da utilização da terra e as necessidades comerciais obrigam o loteador a conceber e aplicar um plano de colonização (MONBEIG, 1984, p. 222).

Segundo Gil (2007), era comum fazer uma espécie de promoção: quem comprasse um sítio ganhava um lote na cidade. Segundo depoimento de pessoas próximas ao fundador do município de Dracena, Írio Spinardi, essa tática foi bastante utilizada na fundação do povoado que deu origem a cidade de Dracena, onde para os mais opulentos, que adquiriam áreas maiores e imediatas ao povoado, recebia como prêmio um terreno no centro, próximo a uma quadra previamente reservada para a edificação de uma praça. Porém, para ter direito ao lote em área privilegiada, o fundador estabelecia a obrigação de se construir no mesmo um edifício assobradado.

Através do empreendedor, preocupado com a renda obtida no comércio de terras, e com o apoio do Estado, que projetou a infra-estrutura dos transportes, criaram-se as condições da colonização. Por isso, a demanda populacional cresceu e as cidades foram sendo construídas em linha seguindo o espigão por onde passaria a ferrovia da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Todavia, apesar das propagandas e do empenho político para se emancipar uma vila, no caso, um núcleo urbano, a fonte de renda capitalista se dava no campo, pois a maior parte da população fixava-se na zona rural, em sítios comprados de colonizadoras, onde se colocavam a abater a mata com machados e trançadores²⁵, o que segundo Gil (2007), em média “demorava-se mais de um dia para derrubar uma árvore frondosa e elas eram numerosas. Ipês, jatobás, perobas, angelins, guaiviras, pau d’alhos, entre tantas outras espécies intercalavam-se na mata densa” (GIL, 2007, p. 118).

Justamente em função da expansão do café, a região foi rapidamente ocupada através de vários pequenos núcleos que eram ligados por estrada de rodagem. Porém, segundo Gil (2004) o que motivava os grupos de colonos se deslocarem para uma região distante e desprovida de infra-estrutura,

(...) deveu-se a uma condição de sobrevivência insatisfatória na região de origem ou o aceno de uma possibilidade promissora, já que as terras eram baratas. As famílias mais capitalizadas compraram grandes glebas de terra explorando-as diretamente ou loteando-as para a venda fracionada e, portanto, mais lucrativa. A maioria dessas famílias colonizadoras, no entanto, dispunham de poucos recursos financeiros, empregando-os na compra de seu pequeno sítio. A exploração era direta e baseada no trabalho familiar, na policultura (arroz, feijão, milho, amendoim, batata-doce,

²⁵ Ferramenta cortante constituída de uma lâmina de aço flexível e serrilhado, medindo em média dois metros de comprimento e 25 centímetros de largura, com cerca de quatro milímetros de espessura, sendo arrematada nas extremidades por dois cabos de madeira roliça, onde dois homens seguravam para serrar os troncos mais grossos, em movimento sincronizado (GIL, 2007, p. 118).

entre outros produtos) destinada ao mercado interno, principalmente da capital paulista que se metropolizava. (GIL, 2004. p. 4)

As imobiliárias, ao fazerem loteamento das fazendas em pequenas propriedades²⁶, podiam cobrar um preço maior pelo alqueire de terra, do que o valor cobrado pelo alqueire nas grandes propriedades. Nessa perspectiva, observamos que a recriação camponesa na Nova Alta Paulista se deveu principalmente pela atuação das empresas imobiliárias já que o fracionamento dos lotes significava ampliar a apropriação da renda fundiária.

Com o aumento da venda de terrenos, abriram-se as possibilidades de recriação camponesa, tanto de colonos das antigas áreas produtoras do Estado, como de camponeses das frentes de expansão que tinham suas posses invadidas por grileiros e colonizadoras que buscavam terras mais adiante para garantir áreas para venda em suas empresas imobiliárias. Com isso, as terras agricultáveis, sejam para café, para produtos de subsistência ou para pecuária, foram quase todas ocupadas com famílias, que usando mão de obra familiar, passaram a reproduzir as formas de trabalho, os meios de produção, o modo de vida e as relações sociais neste município.

As famílias camponesas, ao se recriarem na região, contribuíram para a constituição da pequena propriedade na Nova Alta Paulista, especialmente em Dracena Porém, os camponeses que não conseguiram se territorializar por meio da compra de pequenos lotes nas áreas de loteamentos imobiliários, buscaram sua recriação nas frentes de expansão ou no sistema de parceria

Gil (2007), ainda argumenta que apesar da rapidez com que foi ocupada, não foram somente os ex-colonos das antigas zonas cafeeiras, que se interessavam pelas terras do Município de Dracena e região. Também vieram compradores que viam a terra como reserva de valor, entre eles arquitetos, advogados, dentistas, médicos, residentes em cidades mais dinâmicas e até da capital, unindo as conjunturas monetárias ao costume de parte da burguesia paulista de almejar a posse de propriedade florestal.

Entre os clientes de terras, alguns nunca haviam sido colonos ou tiveram terras em outro lugar. Muitos deles eram comerciantes que abriam pontos de

²⁶ Para formar um parâmetro para a pesquisa, definimos como pequena propriedade, a área de terras com até 26 hectares, que segundo os técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Agrícola do município de Dracena é o tamanho do módulo rural do município.

negócios ou armazéns em vilas em formação que acompanhavam as frentes de expansão. Estes comerciantes deslocando-se para aqueles espaços onde o comércio de provimentos de primeira necessidade era propício, como a região era pouco povoada e o movimento era pequeno, compravam terras com algumas reservas de dinheiro e começavam no trabalho da lavoura. Este tipo de comprador geralmente ocorria nas novas frentes, onde, a terra, era oferecida a preços menores.

Porém, uma grande quantidade de compradores, em geral, pequenos proprietários, já havia tido propriedades em municípios das proximidades e muitos deles ainda continuaram em posse desta, ao mesmo tempo em que desenvolviam a lavoura de café em Dracena.

2.3 O Campesinato no Município de Dracena e a Empresa Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda.

A formação inicial do atual município de Dracena se deu através da compra de duas glebas de terras, no dia 03 /10/1945, pela Empresa Imobiliária Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda., com sede em Tupã – SP, que totalizavam cento e dez (110) alqueires. Estas duas glebas de terras pertenciam aos irmãos Manoel, Francisco, Waldomiro e Waldemar do Nascimento, que eram proprietários da Fazenda São Manoel (antiga Fazenda das Marrecas). O imóvel acima foi em parte traçado em quadras, para a implantação de ruas e loteado, pela mesma imobiliária em terrenos urbanos para serem vendidos em dinheiro.

No dia 08 de Dezembro de 1945, o fundador Írio Spinardi acompanhado de um grupo de aproximadamente 25 pessoas, faz um breve discurso do alto de um tronco de madeira decepada fincando o marco de cimento que oficialmente e em nome da Procuradoria da Terra do Estado de São Paulo inaugurava a cidade de Dracena, documentado na fotografia da Figura 4, num local hoje conhecido como Praça dos Estudantes, na junção das avenidas Presidente Vargas e Presidente Roosevelt, como mostra a Figura 5.



Figura 4 - Marco inicial da implantação de Dracena.

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

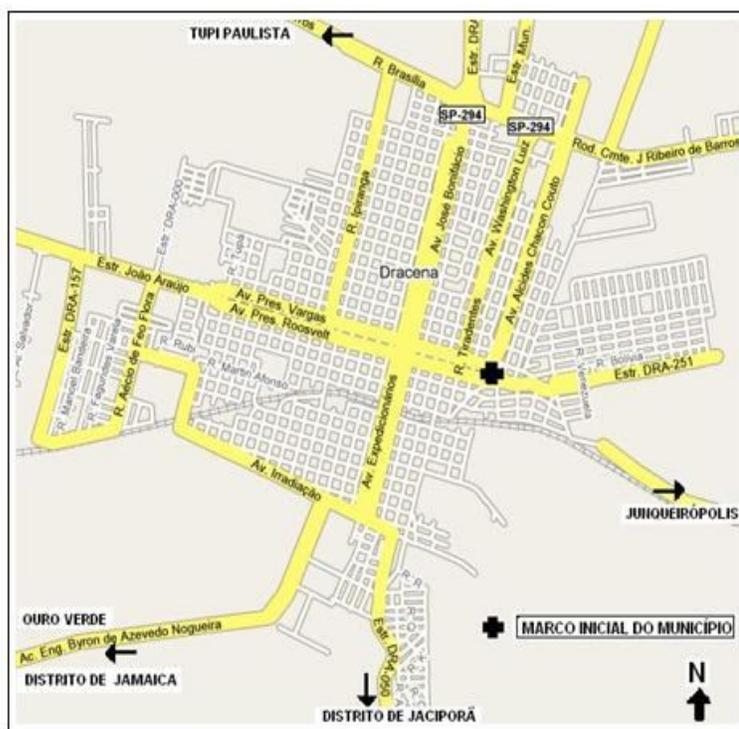


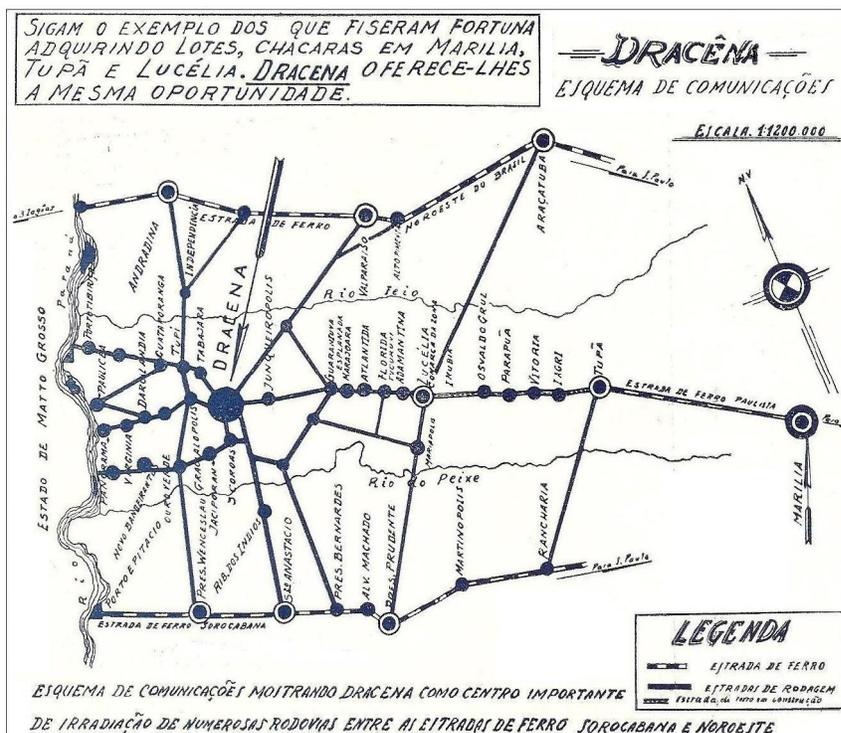
Figura 5 – Local do marco inicial da implantação de Dracena.

Fonte: Secretaria de obras de Dracena – Organização Joviano, C. V. M.

Concomitante ao loteamento da futura área urbana, várias empresas imobiliárias e fazendeiros começaram a vender as terras próximas ao povoado recém criado. Estas terras ainda formadas por matas fechadas eram divididas em pequenas chácaras e sítios que oscilavam entre 5 e 20 alqueires de área. Estes lotes eram vendidos a ex-colonos de regiões mais antigas de ocupação como a “zona velha” no norte do Estado de São Paulo, vale do Paraíba e de outros Estados, incluindo imigrantes europeus e japoneses ou seus descendentes, que conseguiram compor uma pequena poupança, obtida com trabalho assalariado ou através de parcerias nas fazendas de café. Estes propensos compradores davam suas economias de entrada e dividiam o restante da dívida em parcelas anuais pagas ao empresário loteador.

Para realizar um negócio promissor com a venda das terras, os donos de imobiliárias e colonizadoras montavam um esquema de venda que consistia na fundação de uma vila em um ponto estratégico da região; na construção de estradas de rodagem que levavam os pretensos compradores até os pontos de venda; no uso de um grande aparato de propaganda²⁷ com cartazes e croquis (Croqui 1) que apresentavam a região de forma prodigiosa e na realização de grandes festas com fartos churrascos, como mostra a Figura 6. Isto para atrair os interessados em adquirir terras em pagamentos “facilitados”, parcelados em até três anos, com os vencimentos quando ocorria a colheita dos produtos temporários, já que a nova lavoura de café somente produziria a partir do terceiro ou quarto ano após o plantio.

²⁷ As Companhias Imobiliárias realizavam uma verdadeira “artilharia” de propaganda para atrair os compradores e davam o transporte de ônibus até o local de venda. Na viagem, o suposto comprador de terras, era seduzido por propagandas durante todo o percurso, com cartazes, folhetins, mapas e até produtos como amostras relatando a qualidade das terras da gleba, ainda eram persuadidas por uma pessoa de boa oratória e que dominava muito bem a arte do convencimento para relatar as facilidades de se tornar proprietário e as vantagens para comprar e pagar as terras em parcelas que se ajustavam exatamente nos períodos de colheitas. Na chegada, os possíveis compradores eram recebidos com grandes festas gratuitas, numa demonstração de grande fartura do lugar.



Croqui 1 – “Mapa” usado pela Empresa Fioravante, Spinardi & Vendramini Ltda.
Fonte: Revista Cruzeiro do Sul - Acervo de Rogério Edson dos Santos - 1946



Figura 6 – Churrasco em Dracena – 1945

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos.

Para pagar as dívidas adquiridas com a compra destas áreas, os colonos, ao adquirirem a propriedade, imediatamente iniciavam a derrubada da mata para o plantio de arroz (Figura 07), amendoim e algodão, plantas de colheitas rápidas que se tornavam uma alternativa produtiva, pois além de formar um estoque de subsistência, também gerava um excedente que era transformado em moeda para saldar as parcelas da compra da terra e pagar ou trocar no armazém, que por sua vez fornecia o restante da subsistência.



Figura 07 - Arrozal em Dracena – 1947

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

Outra fonte de renda era a venda de madeira de lei aos donos de serrarias, que estavam se instalando no município de Dracena, como a Serraria Santa Helena dos irmãos Primo e Arlindo Carneloz (figura 08) e a Serraria Dracena de propriedade de Paulo Penko (figura 09), mas como estas serrarias não absorviam toda a madeira retirada, também era vendida nas serrarias das cidades vizinhas que já se despontava nos arredores, como o município de Santo Anastácio, na região da Estrada de Ferro da Sorocabana, a oeste do rio do Peixe.



Figura 08 - Extração de Madeira em Dracena
Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

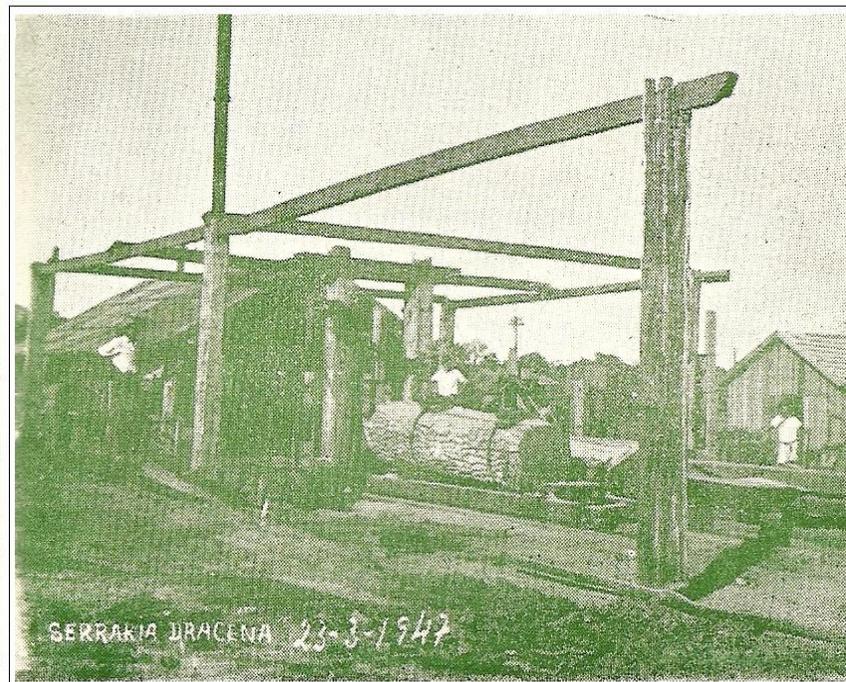


Figura – 09 - Serraria Dracena, de propriedade de Paulo Penko.
Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

Porém os pequenos proprietários, que não dispunham de condições financeiras para ajustar derrubadores de mata, realizavam esta tarefa usando o trabalho dos elementos da própria família.

Por ser uma região ainda em formação e pouco conhecida, era comum a vinda para o lugar por laços afetivos de amizade entre as famílias dos compradores. Por isso muitas famílias decidiram vir para Dracena, para continuarem as suas relações de amizade e de solidariedade, tão importantes para quem dava início a uma nova vida conforme a Figura 10. Daí a razão de muitos camponeses terem vindo de um mesmo lugar, como Lucélia, Valparaíso, Penápolis, Tupã, Andradina, Araçatuba, Garça, Vera Cruz, Marília entre outros da Alta Paulista, da Sorocabana ou da Noroeste. Este tipo de comportamento migracional foi muito significativo e de importância econômica para a subsistência das famílias camponesas, principalmente no período em que a necessidade de crédito financeiro ainda era feita com base nos domínios do proprietário ou na produção cafeeira, que na maioria dos casos, por não conhecer as origens do contratante e por falta de garantias eram inexistentes ou reduzidos nos primeiros anos de formação da lavoura. Assim entre os camponeses que tinham parentes era comum a assistência e a solidariedade na necessidade ou o empréstimo para pagar com a colheita.



Figura 10 - Visitantes em Dracena - 1945

Fonte: Fotografia do acervo pessoal de Rogério Édson dos Santos

Nas pequenas propriedades, os membros da família se encarregavam de cultivar a lavoura logo após o desmatamento da área. Porém, nas propriedades de maior extensão a derrubada da mata era feita por empreiteiros, que contratavam machadeiros²⁸ com experiência no corte.

A atração pelas terras foi tão intensa que das duas dezenas de pessoas que participaram da inauguração em 1945, o número deu um salto para 15.682 habitantes em 1950, sendo que deste total 11.034 moravam na zona rural.

2.4 O Bairro “Maquininha” e a Questão Camponesa

2.4.1 A formação do bairro “Maquininha”

A comercialização das terras do bairro “Maquininha” foi feita pela Companhia Agrícola Três Coroas S.A., empresa corretora que veio pelos “caminhos transversais” que ligavam a Alta Sorocabana com o Vale do rio do Peixe, com a intenção também de criar um povoado para facilitar a venda de suas posses

Esta companhia comprou estas terras do coronel Elisário Ramos, que por sua vez comprou de Francisco de Paula Goulart. Segundo um cartório aposentado de Junqueirópolis, quando Francisco de Paula Goulart vendeu para o coronel Elisário Ramos as terras tinha documento duvidoso, porém devido as influências política do coronel estas foram legalizadas e vendidas a Companhia Agrícola Três Coroas por um valor ignorado.

O primeiro comprador de terras no atual bairro foi o imigrante italiano José Spadácio, que adquiriu da então Companhia Agrícola Três Coroas S.A., 141 alqueires de terras de uma gleba denominada fazenda Três Coroas, de um total de 1502 alqueires. O valor da compra foi de Cr\$ 124.500,00, sendo Cr\$ 44.500,00 no ato e mais duas parcelas de Cr\$ 40.000,00 para o ano de 1945 e 1946

²⁸ Homens assalariados, com muita experiência no corte de árvores de grande porte, que ora ou outra eram causadoras de acidentes fatais, por isso a importância destes profissionais à frente de uma derrubada.

respectivamente. Isto se deu em 08 de novembro de 1944, portanto, antes da fundação do município de Dracena, em 1945. Todavia a escritura das terras foi lavrada em 21 de março de 1950, isto é, 4 anos após o pagamento das terras que se localizavam entre a fazenda Santa Catarina e a estrada municipal, até as margens do Córrego Kaingang como mostra a Figura 11.

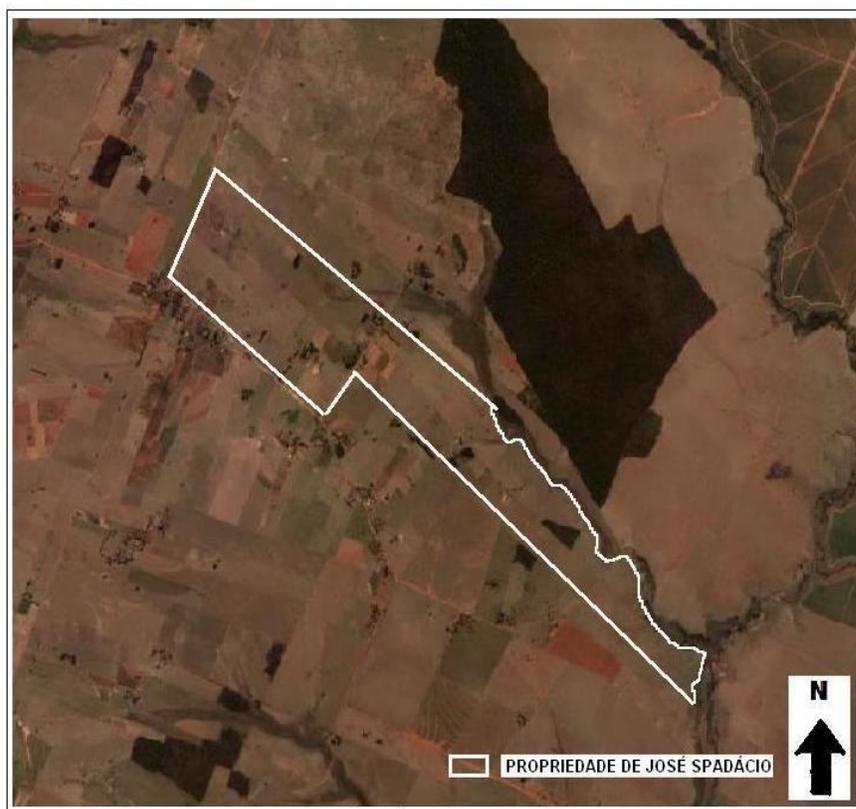


Figura 11 – Propriedade de José Spadácio

Fonte: Digital Globe

Organização Joviano, C. V. M.

A propaganda feita pelas companhias imobiliárias e colonizadoras, de que neste local havia muitas terras férteis, era verdadeira, porém, precisavam ser desmatadas, pois havia floresta com muita madeira nobre²⁹, o que não era um trabalho fácil. A tarefa do comprador, depois de sua mudança, era de muito trabalho, pois tinha que amortizar suas dívidas com a companhia colonizadora no

²⁹ A vegetação da Nova Alta paulista e em conseqüência do bairro “Maquininha era composta pela Floresta Tropical pluvial, e seus solos são compostos por terrenos do período Cretáceo do tipo Podzólico.

espaço de tempo mais breve possível, já que o não pagamento da dívida poderia levar à perda da propriedade.

Com a ajuda dos filhos, José Spadácio iniciou o desmatamento para o plantio de café e das lavouras temporárias de subsistência. Assim que iniciou a abertura da estrada vieram outros compradores, que adquiriram propriedades menores, como as famílias de descendência italiana, Mascarin, Milan, Agudo, Casagrande, Molaro, Simão, Ferrari, Ferreira, Tossato, Ragassi e algumas outras descendentes de imigrantes japoneses como os Yura, Sinzato, Sobu, Murakami, Takaki, Takeshita, Ueno, Tamura, totalizando 53 propriedades, quase todas com o propósito de plantar café³⁰. A estrutura fundiária do atual Bairro “Maquininha” encontrava-se conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Número de propriedades do atual Bairro “Maquininha” – 1956

Área (alqueires)	Nº propriedades
Menos 15 (36,3 hec.)	46
Entre 15 e 35 (36,3 e 84,7 hec.)	3
Mais de 35 (84,7 hec.)	4
TOTAL	53

Fonte: Cartório de Registro de Imóveis de Lucélia
Organização Joviano, C. V. M.

Pela tabela, é possível verificar que predominavam no atual bairro pequenas propriedades. Mesmo as maiores de 35 alqueires não ultrapassavam os 141 alqueires. Essas propriedades eram todas de propriedade familiar.

A Companhia Agrícola Três Coroas S.A., para concretizar a venda das terras das margens direita e esquerda do córrego Kaingang criou um pequeno

³⁰ A maioria das famílias descendentes de japoneses, além da cafeicultura e das culturas temporárias, também plantava amoreira para a sericultura.

povoado próximo às margens deste rio com o nome de Três Coroas, que se localizava fora da linha do espigão, tendendo mais ao sul em direção ao rio do Peixe, a meio caminho entre os municípios de Dracena e Junqueirópolis. Logo de início, o patrimônio teve uma grande aceitação, pois os investidores montaram hotel, duas farmácias, dois armazéns, máquina de beneficiamento, casas, além da igreja, campo de futebol e uma escola com primário completo (ensino fundamental I). Porém, devido à localização fora da linha do espigão³¹, as terras baixas e úmidas das margens do córrego Kaingang (pouco usadas para a cafeicultura), a emancipação de Dracena e, posteriormente, de Junqueirópolis (que ficavam muito próximas do patrimônio), a possibilidade de emancipação de Três Coroas na condição de município ficou inviabilizada, fazendo com que os investidores abandonassem o projeto e procurassem nova área para recomeçar. Assim no final da década de 1950, o povoado de Três Coroas entrou em declínio com a mesma rapidez que a fez surgir.

Enquanto o povoado de Três Coroas estava em expansão, os camponeses da propriedade comprada por José Spadácio e suas circunvizinhanças, usavam e dependiam das estruturas do povoado vizinho, principalmente em relação à escola, à igreja e ao armazém. Porém, com o declínio do povoado de Três Coroas houve a necessidade de criar nas proximidades das terras de José Spadácio, as instituições e estabelecimentos que em parte atendessem as privações por qual passavam os trabalhadores ali estabelecidos. Para isso foram construídos escolas, armazém de secos e molhados, campo de futebol, campo de bocha, capela (somente em 1965) e uma pequena máquina de beneficiamento de arroz, montada ao lado do armazém sob a gerência dos irmãos Antonio e Manuel Milan, que também adquiriram lotes de terras próximas da referida máquina.

Inicialmente o nome escolhido para o local foi bairro Primavera, porém em meados da década de 1950, o bairro tem seu nome mudado para bairro Itambi e no início a década de 1960, o bairro muda novamente de nome, passando a se chamar bairro Spadácio, adotando oficialmente o sobrenome de seu primeiro e mais famoso colonizador. Mas como no bairro havia uma máquina de beneficiamento de arroz, implantada nas proximidades do armazém, fez com que o nome oficial do bairro

³¹ A linha do espigão era a provável área por onde deveria passar a estrada de ferro da Companhia Paulista, que representaria o desenvolvimento devido a ligação mais fácil com a capital.

ficasse restrito aos órgãos estatais e municipais, pois no jargão popular o bairro é conhecido até hoje como bairro “Maquininha”³².

A máquina de beneficiamento de arroz era a única que processava este produto naquelas proximidades, sendo procurada por produtores do bairro “Maquininha” e de outros bairros vizinhos como o patrimônio de Três Coroas, bairro Sete Casas, bairro do Tigre e bairro Espigão.

Deste modo, a formação desta pequena aglomeração de construções, tinha, além da função comercial, uma função social.

O bairro “Maquininha” foi quase todo desmatado, seja pelos próprios proprietários, seja por empreiteiros que eram contratados para formar alguns milhares de pés de café. A paisagem era encantadora e ao mesmo tempo era desoladora, pois como existiam muitas árvores de grande porte, somente as melhores e de melhor forma de manejo eram aproveitadas pelas serrarias que se instalavam no município, mas a maioria da madeira não tinha uso e nem compradores, por isso era comum ver os desmatadores derrubarem árvores de madeira de lei, como aroeira, peroba, ipê, jatobá, cedro e imediatamente fazer valas para enterrar as toras, com o intuito de deixar a terra livre para o plantio de café.

Do final da década de 1940 até o final da década de 1960, ocorreu uma extração intensiva de madeiras de lei, levando a uma falta desta matéria-prima na região, devido à extração descomedida e predatória, por parte dos empreiteiros, que quase provocaram o desaparecimento do produto da região.

Dessa forma, o bairro “Maquininha” foi quase todo transformado em lavouras de café e de produtos temporários, uma vez que os pequenos proprietários precisavam produzir rapidamente para poder saldar seus débitos com a empresa imobiliária. Por isso apesar da ocupação do bairro se caracterizar pela implantação de lavouras de café, sobretudo em pequenas propriedades, o que prevaleceu foi a divisão do mesmo espaço entre o café e a policultura temporária, além da pecuária de leite e em propriedades de imigrantes japoneses havia ainda a plantação de amoreiras para alimentar o bicho da seda.

³² O nome bairro “Maquininha” não é uma denominação oficial. Segundo Adenilson Spadácio de 64 anos, neto de José Spadácio, morador do bairro há 57 anos, o nome foi estabelecido pela população que morava nas propriedades vizinhas ao núcleo do bairro, e, que ao se dirigir para o local, afirmava estar indo para a maquininha (de arroz) dando origem ao nome não oficial, bairro “Maquininha”.

Além da dureza devido à falta de recursos e de estruturas elementares, ainda havia os contratempos da natureza. O primeiro revés veio no inverno de 1953, quando ocorreu uma geada que atingiu até o caule dos cafezais, atrapalhando a brota, obrigando os cafeicultores a refazer o plantio em várias partes do bairro. Dessa forma, nas propriedades onde havia terras baixas, principalmente nas margens dos córregos Aparecida e Três Coroas, onde a ação da geada foi mais forte, os pés de café foram arrancados para se fazer novos plantios. Com isso, devido a falta do café como produto de custeio, o meio de sustento se intercalou com as lavouras temporárias e a pecuária por aproximadamente quatro anos, até que o café voltasse a ser a principal renda da propriedade. Com o cafezal todo formado novamente, uma parte dos proprietários optou em cultivar somente a lavoura de café para produzir seu sustento e de sua família, diminuindo a produção de lavouras temporárias, pois o preço do café estava em alta, ignorando os riscos que corriam em caso de novas interferências naturais.

As condições de isolamento a que estavam submetidas as famílias imprimiam-lhes um modo de vida bastante particular. Segundo Gil:

As famílias eram geralmente numerosas e trabalhavam de sol a sol. As diversões e os serviços religiosos aconteciam no próprio bairro, (...) os agricultores iam até as máquinas de benefício, geralmente instaladas nas bordas do perímetro urbano, onde a extensão da rua dava início às principais estradas rurais, e ali vendiam os mantimentos colhidos. Com o dinheiro, iam até os armazéns de secos e molhados e a outros estabelecimentos comerciais para comprar os suprimentos necessários. Geralmente apenas os homens iam à cidade, levando uma lista de compras elaborada pelas mulheres, presas às lidas da casa. (GIL, 2007, p. 130)

Era comum a realização de campeonatos de futebol, já que quase todo bairro tinha um time. “Nesses eventos, freqüentados por homens e mulheres, ocorria o encontro de amigos e, até mesmo, o início de namoros, muitos deles resultando em casamentos.” Como é o caso da agricultora Catarina Mascarin Spadácio de 60 anos quando afirmou que:

Eu cheguei aqui com três anos de idade, ajudei meu pai a abrir o sítio e plantar o café. Minha vida inteira foi aqui, aqui eu estudei até a 4ª série, aqui eu ia nos bailes, namorei e me casei, tive meus filhos e envelheci. Já mudei várias vezes de casa, mas nunca saí de dentro do bairro. Hoje eu estou aposentada e queria ir embora para a cidade, mas ele (o marido) não quer. (CATARINA MASCARIN SPADÁCIO. Entrevista realizada em 28/11/2008)

Na capela, aconteciam missas dominicais e tanto os colonos, empreiteiros, parceiros e “camaradas” (assalariados, geralmente de origem nordestina e mineira) como também os proprietários tinham uma intensa religiosidade, e, mesmo que aparente, diante da questão religiosa tinha-se a impressão de igualdade. Os batizados eram um assunto de grande importância, pois ao mesmo tempo em que a família do recém nascido mostrava à comunidade o seu filho, também expunha capacidade de reprodução camponesa e de relação social, já que algum camponês vizinho ou parente, a partir do convite para ser padrinho da criança adquiria status de parente, na qualidade de compadre e comadre e responsável pela educação da criança na ausência dos pais.

Por serem, os camponeses, em grande parte descendente de imigrantes italiano, japoneses e nordestinos, predominava entre eles o catolicismo (exceto o grupo japonês onde predominava o culto oriental), eram atendidos por padres que vinham de Dracena. Porém, em situações que exigia “soluções rápidas” era comum o uso de benzedadeiras, especialmente para problemas como picada de cobra, doenças sem diagnóstico, “mal olhado”, quebranto e doenças de crianças e recém nascidos, corroborando com a afirmação de Moura:

A religião cria formas e fórmulas que atendam os membros do grupo nos momentos agudos de mistério e angústia como na morte ou doença, ao mesmo tempo em que cria e perpetua formas e formulas mais antigas de orar, explicar e venerar a divindade. Estas, esquecidas ou banidas na igreja oficial, continuam a desempenhar seu papel de dar sentido ao cotidiano da vida camponesa. (MOURA, 1986, p. 21)

Os núcleos urbanos de Dracena, Jaciporã, Junqueirópolis e Santo Anastácio, tinham influência sobre o bairro “Maquininha”. Porém, esta influência diminuía quanto maior fosse a distância ou menor a estrutura oferecida por tal cidade. Devido a isso, e também por possuir grande concentração de população na área rural, a vida social no bairro era intensa, principalmente nos finais de tarde, nos finais de semana e nos ditos “dias santos” que se tornavam feriados obrigatórios, sempre em número muito maior que os feriados decretados pelo Estado ou pela Igreja. Assim, era comum a realização de vários eventos como os terços, as missas, as quermesses, os bailes nas barracas montadas nos terreiros de secagem de café aos sábados, além de partidas de bocha, baralho e como todos os bairros tinham

muitos jovens eram comuns os campeonatos de futebol nas tarde de domingo, geralmente com muitos expectadores fanáticos à beira do gramado.

Era também costume da época, as reuniões nas casas daqueles proprietários mais bem sucedidos que tinham adquirido rádio. Segundo o agricultor aposentado Vitório Marino, a convite do anfitrião:

Os vizinhos chegavam por volta das sete da noite (dezenove horas) para conversar e por volta das oito (vinte horas) o dono da casa ligava o rádio para ouvir o locutor Edgar de Souza da Rádio Nacional, que trazia várias duplas de “caipiras” para cantar. A casa ficava em silêncio enquanto que o rádio tocava. Lá pelas nove e meia (vinte e uma horas e trinta minutos), o dono da casa desligava o rádio e todos iam embora. (VITÓRIO MARINO, 90 anos, Entrevista em 02/12/2008).

Pela falta de estrutura da cidade de Dracena e pela distância, a população do bairro recorria mais ao município de Santo Anastácio, localizado na Alta Sorocabana, do outro lado do rio do Peixe, principalmente por motivos de doença, quando os remédios caseiros e as benzedadeiras não resolviam e para adquirir os instrumentos que não se encontravam no armazém local.

O dia-a-dia das famílias camponesas do bairro era caracterizado pela divisão de serviços, onde as famílias, na maioria das vezes numerosas, tinham suas funções definidas por gênero e idade. Os homens executavam os trabalhos de desmatamento, plantio e demais tarefas de roça. Os jovens (rapazes), apesar da força física, eram tratados como aprendizes, pois seguiam seus pais na lavoura e faziam do trabalho um estágio para futuramente, quando casarem, também apartar um pedaço de mato e repetir as experiências de seus pais, fazendo da atividade profissional uma herança repassada de pai para filhos e reproduzindo o modo de vida camponês. As mulheres, além dos afazeres domésticos, ainda iam à roça, sobretudo em tempos de colheita. As moças, ao mesmo tempo em que auxiliavam suas mães na casa, também se preparavam para reproduzir o mesmo modo de vida ao se casar. Até as crianças realizavam algumas tarefas como os afazeres mais leves. Assim, todos os componentes da família tinha função nas atividades cotidianas como se percebe nas afirmações de Gil (2007):

Todos se envolviam nas atividades cotidianas (...). Além das tarefas domésticas, as mulheres também iam à roça, principalmente em épocas de colheita (...). Os rapazes, desde pequenos, acompanhavam seus pais na roça, manejavam os animais, faziam trabalho de carpintaria e marcenaria, furavam poços, rachavam lenha, e executavam outros trabalhos mais

grosseiros (...). As moças, a partir dos treze ou quatorze anos, iam aprender corte e costura e, geralmente ao se casar, levavam uma máquina de costura como dote. Todas aprendiam a cozinhar, lavar e passar roupa, limpar a casa, cuidar dos irmãos menores, cultivar uma horta, tirar leite, fazer queijo, amassar pão, enfim, ao mesmo tempo em que ajudavam suas mães nas lides domésticas (...). Para as crianças eram confiadas as tarefas de apartar os bezerros das vacas de leite à tarde, regar a horta, o pomar e as flores do jardim, com regador manual; limpar o quintal com rastelo de dentes de aço e vassoura de fibra vegetal; descascar milho para os porcos da ceva, colocar lavagem nos cochos e cortar mandioca, abóbora ou batata-doce para os porcos do chiqueirão; debulhar as espigas de milho para as galinhas; recolher os ovos dos ninhos; recolher lenha e palha secas para o depósito ao lado do fogão; manter as lamparinas permanentemente abastecidas com querosene, entre outras tarefas mais leves (GIL, 2007, p.121-122).

Comparando o estudo de Woortmann (2001), com a constituição das famílias do bairro “Maquininha”, concluímos que predominava no bairro em questão o grupo familiar patrilocal de característica nuclear³³, isto é, a maioria das famílias era formada por um casal e seus filhos, em idade de força de trabalho ou não, sendo pouco comum a presença de casais idosos e de famílias numerosas.

Numa análise das características das famílias camponesas, Chayanov (1974), descreve que as famílias jovens com filhos pequenos, geralmente cultivavam área menor, devido o menor número de trabalhadores, já as famílias mais avelhantadas nas quais crianças pequenas tinham pouco peso quantitativo, cultivavam áreas maiores. Portanto o tamanho da área cultivada dependia do número de elementos da família e do período do ciclo de desenvolvimento em que ela se encontrava, isto é, o número de elementos considerados produtores e consumidores.

Devido às características de um grupo doméstico patrilocal, por volta da década de 1960³⁴, as terras cultivadas, apesar dos altos e baixos na produção, foram passadas na maioria por herança para os filhos e filhas dos primeiros colonizadores. Porém, as moças ao se casarem, iam morar, na maioria, próximo da família do esposo ou em outras propriedades, vendendo a parte que lhe cabia para os irmãos interessados ou, na incapacidade financeira deste, era vendido para terceiros.

³³ Família formada pelo casal e os filhos, tendo o pai como chefe, e a mulher, pelo casamento é obrigada a seguir o marido passando a morar na localidade dele.

³⁴ A propriedade de José Spadácio, que deu início ao bairro, com a morte da esposa em 1962, foi dividida, sendo 50% para o viúvo e os outros 50% dividida entre os 8 filhos (Luis, Francisco, Ângelo, Víctor, Sebastião, Décio, Tereza e Ilda Spadácio), porém destes, somente 2 continuaram com as propriedades

Cabe salientar que, devido à origem das famílias camponesas, na maioria formada por filhos de imigrantes italianos, japoneses e nordestinos, o sistema sucessório diferia. Salientando que segundo os dados levantados em entrevistas havia no bairro “Maquininha” dez famílias de imigrante ou descendente de japoneses e 32 famílias de imigrante ou descendente de italianos, como mostra a Figura 12.

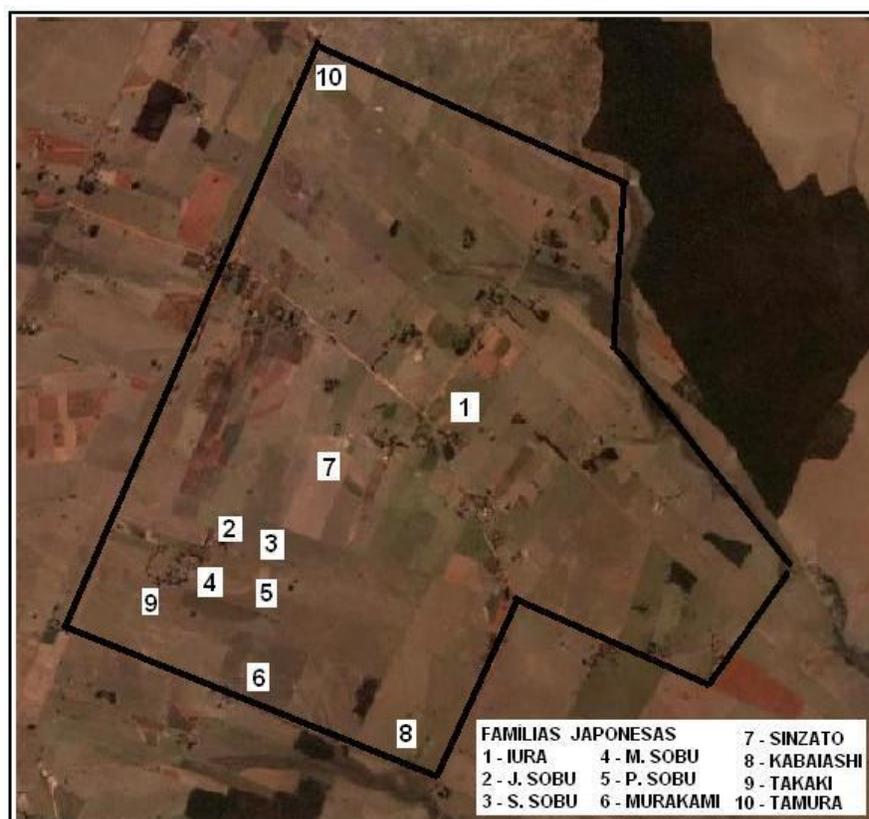


Figura 12 – Localização das famílias japonesas

Fonte: Dados de entrevistas – 2008. Organização: Joviano C. V. M.

Nas famílias de origem japonesa, o filho do sexo masculino mais velho herdava todos os bens e ficava com o encargo de cuidar dos pais. Portanto, os pais deixavam a herança em vida. Dessa maneira, as filhas, ao casarem, iam morar com a família do esposo, quando ele era o filho mais velho, mas se o esposo não era o primogênito, isto é, era um dos filhos mais novos, então, saíam da casa dos pais e buscavam atividade em outra propriedade ou iam para a cidade trabalhar em alguma atividade profissional. Verificamos também que, no bairro, era comum os jovens de origem japonesa frequentarem a escola, como afirma em entrevista o senhor Jorge Takaki de 54 anos.

Nosso pai teve 5 filhos, 3 homens e 2 mulheres, como eu sou o mais velho, fui na escola só até a 4ª série e tive que aprender as coisa da roça, que no ver da tradição japonesa eu devia continuar com os meus pais, (...) os meus irmãos tiveram mais escola do que eu, (...) as irmãs casaram e foram morar com o marido e os outros dois quando casaram eles já sabia fazer alguma coisa, e hoje o Laurindo é bancário e o Yoshinori é contador em São Paulo, (JORGE TAKAKI, 54 anos, entrevista em 20/07/2009)

Fato semelhante também ocorreu com a família de Francisco Sinzato, primogênito de uma família de 6 filhos, que herdou as terras de um sítio de 8 alqueires que faz divisa de frente com as terras das família Spadácio. Segundo os relatos de Francisco (Chico) Sinzato de 62 anos:

(...) nós trabalhava nos cafezais, mas os mais novos (irmãos) ia na escola pra poder conseguir alguma coisa melhor. Eu também gostaria de ter estudado, mas era minha obrigação cuidar da mãe, por isso eu fiquei no sítio até os meus irmãos se formarem, um fez medicina, os outros dois entraram no Banco do Brasil e no Banespa e as duas irmãs estudaram também e casaram, quando eles já estavam encaminhados eu vendi o sítio e fui trabalhar na cidade. (FRANCISCO SINZATO, entrevista em 24/10/2009)

As famílias camponesas de origem italiana, que eram a maioria, tinham um sistema sucessório igualitário, na qual todos os filhos eram participantes da herança em partes iguais. Porém, em algumas famílias originárias do sul da Itália era comum, com o envelhecimento dos pais, a família tornar-se patrilocal extensa³⁵, como foi observado em entrevista com José Tossato de 78 anos, filho mais velho da família proprietária de 10 alqueires no bairro.

Quando meu pai morreu, a gente fez a divisão entre os seis irmãos (5 homens casados e 1 mulher solteira), só que a área que ia tocar para cada um era muito pequena, então a divisão foi feita só no papel prá não dar problema no futuro se alguém quisesse vender a parte dele (...). A mãe sempre quis a família unida, mas o sítio não dava prá sustenta todas as bocas, então os mais novo (filhos dos seis herdeiros) que estudaram conseguiram emprego na cidade e ajuda na compra do que falta na casa, (...) aí quando a mãe morreu, os 3 irmãos mais novo e a Nina (irmã) mudaram para a cidade, mas nós já moramos em 29 pessoas aqui nesse sítio, (JOSÉ TOSSATO, 78 anos, entrevista em 14/07/2009)

³⁵ Família em que os filhos do sexo masculino, ao se casarem continuam morando com os pais ou somente separam de casa, mas continuam morando na mesma propriedade, formando um grupo familiar com várias gerações, podendo chegar até a 4ª ou 5ª geração.

Fato semelhante ao exposto por José Tossato ocorreu também na família de Francisco Spadácio e Luis Spadácio³⁶ (filhos do primeiro colonizador do bairro), além da família de Antônio Ragassi. Porém esta última trabalhava numa propriedade de café em sistema de parceria (meeiro), tendo maior dificuldade para manter o grupo familiar, pois dela era explorada a renda da terra, por isso era comum os jovens fazerem trabalhos acessórios a outros proprietários do bairro.

Por volta da década de 1980, novamente ocorre a sucessão das propriedades por herança, desta vez dos atuais proprietários (filhos dos primeiros colonizadores que já tinham herdado as terras de seus pais), para seus filhos, isto é, os filhos dos colonizadores repassaram as propriedades para os netos do mesmo. Isto fez com que as propriedades tivessem um fracionamento muito grande, sendo comum encontrar hoje várias propriedades com áreas entre três e cinco alqueires, ameaçando a reprodução camponesa.

Analisando as apreciações de Chayanov (1974) sobre as condições que comprometem o desenvolvimento do ciclo familiar e, em conseqüência, o sistema sucessório e o tipo de propriedade, observa-se que alguns dos bisnetos dos colonizadores (quarta geração) não permaneceram no campo, muitas vezes incentivados pelos pais. Alguns trabalharam até a adolescência na lavoura, porém, fizeram faculdades, concursos públicos e outros tipos de empregos com ou sem especialização, interrompendo ao processo de herança profissional, e deixando muitas propriedades vazias ou com uma população idosa, em muitos casos inativa. Atualmente, são poucos os que permanecem no campo, como se nota na entrevista com o agricultor de 73 anos:

Eu sempre trabalhei para deixar alguma coisa para os filhos, fiz questão de ensinar todos os serviços da terra, mas também sempre os incentivei a estudar, porque eu sabia que o sítio dava para uma família comer, mas conforme eles iam formando famílias seria difícil eles continuarem no sítio, por que a produção não seria suficiente. Por isso eu nunca os incentivei a continuar como agricultor, principalmente depois do fim da cafeicultura. O tamanho da propriedade é pequeno para tirar o sustento de todos e como a terra aqui na região é cara e não sobra para comprar mais, eu nunca cobreí que eles ficassem no sitio. (...) Eu pretendo ficar com a propriedade até morrer, mas eu acredito que quando isto acontecer, os filhos vão vender ela, porque eles estão bem melhor na cidade e não dependem da renda daqui, se eles não venderem será por um apego ao que eu construí, porque trabalhar acredito que eles não virão (JOÃO MARTINS JOVIANO, entrevista em 18/11/2008).

³⁶ Por algum motivo não explicado por desconhecimento dos netos e pelo falecimento dos filhos de José Spadácio, sua família não teve característica numerosa.

Devido às técnicas de cultivo rudimentares usadas pela maioria dos camponeses, a fertilidade das terras do bairro “Maquininha” começaram a sofrer um processo de esgotamento, repercutindo no enfraquecimento dos cafezais. Porém o fator marcante para a continuidade da cafeicultura foi a geada de 1975 que atingiu os cafezais do norte do Paraná, de São Paulo e sul de Minas Gerais, enfraquecendo muito os cafezais do bairro, principalmente os mais antigos, que devido à falta de recursos para a renovação das lavouras e o pequeno conhecimento de técnicas, morreram ao serem decepadas ao tronco apresentando muitas falhas e diminuindo ainda mais a produção.

Contudo, com os cafezais paranaenses, paulistas e mineiros queimados, faltou café no mercado mundial fazendo com que o preço aumentasse, criando uma nova expectativa frente à dificuldade enfrentada pelos camponeses produtores de café, principalmente aqueles que tinham optado por cultivar somente este produto em suas terras ou parcerias.

As famílias descendentes de japoneses enfrentaram os mesmos problemas. Como a seda passava por sucessivas crises, que somadas às crises da cafeicultura, fez com que a colônia japonesa migrasse para outras atividades urbanas.

Com a volta da produção de café em novas áreas, o preço torna a cair agravando ainda mais a situação, pois agora não tinha somente os efeitos da geada e do esgotamento dos solos. Apareceram outros problemas como a dispersão do nematóide, a dificuldade de crédito e a vigência das altas taxas de juros para os financiamentos, desestimulando os cafeicultores do bairro.

Contudo, foi no final da década de 1980 que o quadro se agravou. O preço do café continuava caindo, principalmente, em virtude do fim do Acordo Internacional do Café, em 1989, e da extinção do IBC (Instituto Brasileiro do Café), em 1990. Como conseqüência houve o abandono e a erradicação de muitos cafezais, desestabilizando e afastando do campo um grande contingente de proprietários rurais que venderam suas propriedades e migraram para a cidade.

Em conseqüência do fracionamento das propriedades por herança e de outros fatores externos ao bairro “Maquininha”, que serão analisados no capítulo 3.2, uma grande parcela dos pequenos produtores de café do bairro buscou culturas alternativas, como lavouras temporárias, fruticulturas e pecuária de leite, e nas

propriedades um pouco maiores, a pecuária de corte. Todavia, para a sobrevivência da atividade agrária no bairro, a questão de maior impacto foi o abandono dos cafezais em fins da década de 1980 e início dos anos 1990, quando parte destes produtores rurais, na maioria endividados, foram excluídos da atividade rural e descapitalizados.

Atualmente, a escola municipal do bairro (Figura 13) está fechada³⁷; sendo usada pela prefeitura para instalação de um refrigerador de leite. A igreja tem missas uma vez por mês, isto é, somente no segundo domingo do mês e vêm poucas famílias e o antigo armazém fica fechado durante a semana (Figura 14), abrindo somente aos sábados e domingos. Além disso, a maioria das propriedades que outrora possuía café, atualmente está vazia, com pecuária, ou então, foram vendidas para empresários urbanos.



Figura 13 – Antiga escola rural do bairro Spadácio (“Maquininha”)

Fotografia: Joviano C. V. M. – 18/03/2009

³⁷ A escola encerrou suas atividades no ano de 1985, com isso as crianças do bairro são transportadas até a cidade pela prefeitura para estudar nas escolas urbanas.



Figura 14 – Antigo armazém do bairro “Maquininha”

Fotografia: Joviano C. V. M. – 18/03/2009

Contudo, ainda persistem camponeses que por algum fator de diferenciação ou pura resistência ainda se mantêm na atividade rural.